

Marcelo Honorato

Palestras, sugestões e comentários: crimesaeronauticos@gmail.com

CRIMES AERONÁUTICOS

2ª Edição
Revista e Ampliada

Editora Lumen Juris
Rio de Janeiro
2015

Copyright © 2015 by Marcelo Honorato

Categoria: Direito Penal e Processual Penal Aeronáutico

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

Foto da Capa: Flávio Ferreira dos Santos – Força Aérea Brasileira

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

H769c Honorato, Marcelo.
Crimes aeronáuticos / Marcelo Honorato - 2 ed. - Rio de Janeiro: Lumen
Juris, 2014.
722 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 679-688.

ISBN 978-85-8440-292-2

1. Direito aéreo - Brasil. 2. Direito penal – Brasil. 3. Aeronáutica – Brasil
– Medidas de segurança. 4. Linhas aéreas – Brasil – Medidas de segurança. 5.
Crime a bordo de aeronaves - Brasil. I. Título.

CDD – 343.810976

Sumário

Apresentação	1
PARTE I: Direito Penal Aeronáutico	5
CAPÍTULO 1 - Crimes Aeronáuticos	7
1. Classificação dos crimes aeronáuticos	7
2. Crimes aeronáuticos e crimes de perigo	8
3. Condutas delitivas na aviação	9
3.1. Crimes propriamente aeronáuticos	9
3.2. Crimes impropriamente aeronáuticos.....	10
3.3. Contravenções penais aeronáuticas e infrações aeronáuticas.....	11
CAPÍTULO 2 - Atentado Contra a Segurança do Transporte Aéreo	13
1. Elementos objetivos da primeira figura do art. 261: Atentado contra a segurança das aeronaves	14
1.1. Definição de aeronave para fins penais	14
1.2. Definição de transporte aéreo coletivo para fins penais.....	18
1.2.1. Transporte aéreo coletivo.....	18
1.2.2. Aeronaves de transporte aéreo público	20
1.2.3. Aeronaves em transporte aéreo coletivo.....	23
1.3. Atentado contra a segurança do transporte aéreo e delito de perigo para a vida de outrem	24
1.4. Atentado contra a segurança do transporte aéreo e atentado contra a segurança de outro meio de transporte	26
1.5. Atentado contra a segurança do transporte aéreo e delito de dano.....	26
1.6. Atentado contra a segurança das aeronaves e seu objeto jurídico.....	27
1.7. Atentado contra a segurança das aeronaves e a localização da aeronave	28
2. Elemento subjetivo da primeira figura do art. 261: Atentado contra a segurança das aeronaves	28

2.1. Elemento subjetivo dolo e dolo eventual no art. 261 – 1ª figura	29
2.1.1. Caso concreto de elemento doloso de perigo: acidente do voo RICO 4815.....	34
2.2. Elemento subjetivo culpa no art. 261 – 1ª figura	35
2.2.1. Perigo culposo e delito de perigo para a vida de outrem.....	38
3. Elementos objetivos da segunda figura do art. 261: Atentado contra a segurança da navegação aérea.....	39
3.1. Objeto jurídico do tipo: o sistema de navegação aérea	39
3.2. Perigo contra a segurança da navegação aérea e exaurimento da conduta.....	40
4. Elementos subjetivos da segunda figura do art. 261: Atentado contra a segurança da navegação aérea.....	47
4.1. Elemento subjetivo dolo e dolo eventual no art. 261 – 2ª figura	47
4.2. Elemento subjetivo culpa no art. 261 – 2ª figura	48
5. Consumação e tentativa	48
6. Concurso de crimes	51

CAPÍTULO 3 - Sinistro Aéreo e Causas Especiais

de Aumento de Pena	55
1. Sinistro em transporte aéreo	56
1.1. Definição de queda de aeronave para o delito de sinistro aéreo	56
1.2. Definição de destruição de aeronave para o delito de sinistro aéreo	59
1.3. Caso concreto de queda e destruição de aeronave: atentado contra o voo TAM 283	60
1.4. Distinção entre sinistro aéreo e desastre aéreo nos crimes contra os transportes.....	61
2. Atentado contra a segurança do transporte aéreo com fim de lucro ...	63
3. Causas especiais de aumento de pena	63
3.1. Elementos objetivos.....	64
3.2. Elementos subjetivos.....	66
3.3. Atentado contra a segurança do transporte aéreo culposo e majorantes do art. 121 do CP.....	68
3.4. Atentado contra a segurança do transporte aéreo culposo e perdão judicial	72
4. Classificação do crime	75

5. O transporte aéreo público clandestino e o delito de exposição de aeronave a perigo	78
6. Multiplicidade de vítimas e de aeronaves no delito do art. 261 do CP	80
6.1. Valoração da multiplicidade de vítimas no delito do art. 261 do CP	80
6.2. Valoração da multiplicidade de aeronaves no delito do art. 261 do CP	86
6.3. Multiplicidade de vítimas: efeitos na dosimetria da pena	86
6.4. Conversão de pena privativa de liberdade em restritiva de direitos em acidentes aeronáuticos com multiplicidade de vítimas...	88
CAPÍTULO 4 - Crime de Atentado Contra a Segurança do Transporte Aéreo Militar	93
1. Elementos objetivos do art. 283 do Código Penal Militar.....	93
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 283 do CPM.....	94
1.2. Perigo necessário para a adequação típica	96
1.3. Atentado contra a segurança do transporte aéreo militar e o crime de dano.....	97
2. Elementos subjetivos do art. 283 do Código Penal Militar	98
3. Consumação e tentativa	98
4. Valoração da multiplicidade de aeronaves no delito do art. 283 do CPM.....	99
5. Causas especiais de aumento de pena	100
6. Classificação do crime	102
CAPÍTULO 5 - Incêndio em Aeronave de Transporte Coletivo	103
1. Elementos objetivos do tipo	103
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 250 do CP	104
1.2. Definição de incêndio para fins penais	105
1.3. Crime de incêndio em aeronave de transporte coletivo e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo.....	105
1.4. Fogo: crime de perigo a vida de outrem e crime de dano	106
1.5. Incêndio com objetivo financeiro	106
1.6. Incêndio e Lei de Crimes Ambientais: soltura de balões.....	107
1.7. Crime de incêndio em aeronave de transporte coletivo e crime contra a segurança nacional.....	107

2. Elementos subjetivos do tipo	108
3. Concurso de crime de incêndio com crime contra a vida	109
4. Causas especiais de aumento de pena	110
5. Consumação e tentativa	110
CAPÍTULO 6 - Explosão em Aeronave de Transporte Coletivo	113
1. Elementos objetivos do tipo	114
1.1. Definição de aeronave para o delito do art. 251 do CP	114
1.2. Definição de explosivo para o delito do caput do art. 251 do CP...	115
1.3. Definição de explosivo para a figura privilegiada do parágrafo 1º do art. 251 do CP	115
1.4. Qualificadoras e a figura privilegiada do parágrafo 1º do art. 251 do CP	116
1.5. Crime de explosão privilegiado e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo	118
1.6. Crime de explosão e o delito de sinistro aéreo.....	121
1.7. Crime de explosão na modalidade culposa	121
1.8. Crime de explosão de aeronave de transporte coletivo <i>e crime contra a segurança nacional</i>	122
2. Elementos subjetivos do tipo	122
3. Concurso de crime de incêndio com crime contra a vida	124
4. Causas especiais de aumento de pena	124
5. Consumação e tentativa	125
6. Atos terroristas em aeronaves comerciais brasileiras	126
6.1. Tipicidade penal	126
6.1.1. Tipicidade penal geral	126
6.1.2. Apoderamento ilícito de aeronaves	127
6.2. Assunção de responsabilidade civil pela União.....	127
6.3. Excludentes de responsabilidade civil da União	129
CAPÍTULO 7 - Condução de Aeronave sob Efeito de Drogas.....	131
1. Elementos objetivos do tipo	131
1.1. Sujeito ativo do art. 39 da Lei de Drogas	132
1.1.1. Qualidade de crime comum	132
1.1.2. Comandante da aeronave e copiloto	132
1.1.3. Piloto de veículo aéreo não tripulado - VANT	134
1.1.4. Controladores de voo	134

1.1.5. Aeroviários em atividades de reboque de aeronaves	136
1.2. Definição de aeronave para o delito do art. 39 da Lei de Drogas ...	137
1.3. Delimitação temporal do momento do consumo de drogas para o delito do art. 39 da Lei de Drogas	137
1.4. Definição de drogas para o delito do art. 39 da Lei de Drogas	138
1.5. Perigo concreto para adequação típica	139
2. Crime de condução de aeronave de transporte coletivo sob efeito de drogas e o delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo.....	140
3. Elementos subjetivos do tipo.....	141
4. Inimputabilidade penal especial da Lei de Drogas	142
5. Consumação e tentativa	144
6. Supervisão das tripulações e condução de aeronaves sob efeito de drogas	145

CAPÍTULO 8 - Homicídio e Lesão Corporal

em Acidentes Aeronáuticos	147
1. Elementos objetivos do tipo.....	148
1.1. Transporte aéreo e patologias de voo.....	149
2. Elementos subjetivos do tipo	150
3. Consumação e tentativa	151
4. Crimes contra a vida e delitos de perigo à incolumidade pública: adequada tipificação em acidentes aeronáuticos	151
4.1. Dolo de perigo contra aeronaves em acidentes aeronáuticos	151
4.2. Concurso de crime contra a vida com delito contra a incolumidade pública	152
4.2.1. Caso concreto de concurso de crimes: atentado contra o voo TAM 283	154
4.3. Concurso entre crime contra a vida com crime de explosão ou incêndio em aeronave de transporte coletivo	157
4.4. Crimes de homicídio e lesão corporal culposa em acidentes aeronáuticos.....	157
5. Causas de aumento do art. 263 do CP e concurso de crimes: influências no cálculo da pena	159
5.1. Dosimetria da pena do delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo e homicídio culposo.....	159

5.2. Dosimetria da pena do delito de atentado contra a segurança do transporte aéreo e lesão corporal culposa.....	162
6. Transporte aeromédico deficiente ou clandestino	162
6.1. Transporte aeromédico clandestino ou deficiente e efeitos criminais.....	162
6.2. Estado de necessidade, inexigibilidade de conduta diversa e improbidade administrativa.....	164
6.3. Transporte aeromédico clandestino: adequação típica	166
6.4. Transporte aeromédico e serviço de fornecimento de oxigênio suplementar a passageiros de aeronaves comerciais	167
6.5. Transporte aeromédico clandestino e estelionato.....	170
CAPÍTULO 9 - Falsidade Ideológica na Confecção de Plano de Voo..	175
1. Panorama Geral.....	175
1.1. Exigência legal de operação aérea em pistas regulares	176
1.2. Helicópteros e assistência a localidades sem pistas regulares.....	178
1.3. Exigência legal de autorização para o uso do espaço aéreo.....	179
1.4. Falsidade no plano de voo e o perigo para a aviação	180
2. Elementos objetivos do tipo.....	183
3. Elementos subjetivos do tipo.....	185
4. Consumação e tentativa	185
5. Concurso do crime de falsidade ideológica com delitos de perigo.....	185
6. Excepcionalidades à operação em pistas regulares	190
6.1. Operação aeroagrícola e pistas de pouso não certificadas	190
6.2. Aeronaves experimentais e sítios de pouso	191
6.3. Aeronaves militares, policiais e aeródromos civis regulares.....	193
CAPÍTULO 10 - Tráfico de Drogas Mediante Emprego de Aeronave ..	199
1. Elementos objetivos do tipo	200
2. Elementos subjetivos do tipo	203
3. Consumação e tentativa	204
4. Perda da aeronave em decorrência de atividades de tráfico de drogas ..	205
4.1. Pena de perdimento de bens	205
4.2. Apreensão e perdimento de aeronave: requisitos legais.....	207
4.3. Emprego operacional de aeronaves apreendidas	211
4.4. Ordem judicial de registro provisório e requisitos de segurança de voo	213

4.5. Guarda de aeronaves apreendidas e sua depreciação econômica....	215
5. A Lei 9.614, de 5 de março de 1998, e o direito internacional	217
5.1. A Lei 9.614/98 e suas regulamentações	218
5.2. O Protocolo de Montreal de 1984 e seu conteúdo normativo.....	220
5.3. O Protocolo de Montreal de 1984 e a legítima defesa internacional	222
5.4. O Protocolo de Montreal de 1984 e o direito interno brasileiro.....	223
5.5. O Protocolo de Montreal de 1984 e o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade	228
5.6. A Lei 9.614/98 e as ações de segurança do Estado Brasileiro.....	233

CAPÍTULO 11 - Crimes Omissivos e a Posição de Garante

na Segurança da Aviação	237
1. Considerações iniciais	237
2. As omissões próprias nos crimes aeronáuticos	238
2.1. Omissão de socorro no transporte aéreo de enfermos	239
3. As omissões impróprias nos crimes aeronáuticos	240
3.1. Crimes omissivos impróprios.....	240
3.2. Tipos penais por omissão imprópria	243
3.3. Elementos do tipo omissivo impróprio.....	243
3.4. Omissões impróprias na aviação: operadores aéreos e inspetores de aviação.....	244
3.4.1. Caso concreto de omissão imprópria na aviação: acidente do voo TAM 3054	248

CAPÍTULO 12 - Injusto Doloso em Acidentes Aeronáuticos

1. Considerações iniciais	251
2. Elementos constitutivos da conduta dolosa	252
3. Tipos de condutas dolosas	253
3.1. Dolo direito ou dolo de primeiro e segundo graus	253
3.2. Dolo eventual	254
4. Acidente aeronáutico: dolo de perigo e dolo de dano.....	255
5. Caso concreto de injusto doloso em acidente aeronáutico: atentado contra a aeronave privada PT-NBP	257

CAPÍTULO 13 - Injusto Culposo em Acidentes Aeronáuticos

1. Considerações iniciais	261
---------------------------------	-----

2. Elementos constitutivos e características da conduta culposa.....	262
2.1. Conduta humana.....	262
2.2. Inobservância aos deveres objetivos de cuidado.....	262
2.3. Tipicidade e <i>Just Culture</i>	264
2.4. Previsibilidade do resultado.....	268
2.4.1. Risco permitido e erro humano.....	274
2.5. Nexos de causalidade.....	276
2.6. Modalidades da culpa.....	279
3. Caso concreto de injusto culposos em acidente aeronáutico: acidente do voo VARIG 254.....	280
4. Atividade de risco e responsabilidade de gestores.....	285
4.1. Obrigações de segurança dos gestores da aviação.....	285
4.2. Caso concreto de responsabilização criminal de gestores da aviação: acidente do voo TAM 3054.....	287
5. Atividade de risco e erro profissional: casos concretos.....	293
5.1. Acidente aéreo e erro profissional: acidente com helicóptero da Marinha do Brasil – <i>Super-Lynx (AH-11A)</i>	293
5.2. Acidente aéreo e elevado risco permitido: acidente com helicóptero da Força Aérea Brasileira – <i>Bell 205</i>	295
5.3. Resultados atípicos ou incomuns nas atividades de risco: incidente do voo 140 da <i>All Nippon Airways</i>	298
6. Concorrência de culpas em acidente aeronáutico.....	299
6.1. Concorrência de culpas na aviação.....	299
6.2. Efeitos penais da concorrência de culpas.....	300
6.3. Caso concreto de concorrência de culpas na aviação: acidente com o voo GOL 1907.....	302
CAPÍTULO 14 - Direção não Licenciada de Aeronave.....	307
1. Elementos objetivos do tipo contravencional.....	307
1.1. Perigo abstrato e perigo concreto: adequação típica.....	310
1.2. Operação aérea com habilitação ou licença vencida.....	312
2. Elementos subjetivos, consumação e tentativa do tipo contravencional.....	313
CAPÍTULO 15 - Abuso na Prática da Aviação.....	315
1. Elementos objetivos do tipo contravencional.....	315

1.1. Perigo abstrato e perigo concreto: adequação típica	317
1.2. Definição de voo rasante para a contravenção penal do art. 35 da LCP	318
1.3. Definição de pouso em locais não destinados a esse fim para a contravenção penal do art. 35 da LCP	320
1.4. Excepcionalidades ao tipo contravencional de pouso em locais não destinados a esse fim	321
2. Elementos subjetivos, consumação e tentativa do tipo contravencional.....	323
CAPÍTULO 16 - Infrações Aeronáuticas	325
1. Competência para o exercício de poder de polícia.....	325
2. As Infrações Aeronáuticas	327
2.1. Infrações aeronáuticas e o Princípio da Legalidade	327
2.2. Tipicidade punitiva das infrações aeronáuticas.....	329
2.3. Solidariedade infracional entre o operador aéreo e seus prepostos	330
2.4. Vinculações das sanções administrativas aeronáuticas	331
2.5. Sujeição passiva ao poder de polícia das autoridades da aviação civil.....	332
2.6. O Princípio da Continuidade dos Voos Comerciais	333
2.7. Prescrição da pretensão punitiva do poder de polícia das autoridades de aviação civil	334
2.8. A independência da instância administrativa aeronáutica e o <i>ne bis in idem</i>	335
3. Infração Aeronáutica de condução de aeronave sob efeito de drogas ou sob efeito de álcool	336
3.1. Tipificação infracional.....	337
3.2. Delimitação temporal do momento do consumo de substâncias psicoativas ou de drogas para o tipo infracional.....	338
3.3. Sujeito ativo do tipo infracional	339
3.4. Definição de drogas e de substâncias psicoativas para o tipo infracional e repercussões criminais	340
CAPÍTULO 17 - Jurisdição Brasileira em Crimes Aeronáuticos.....	341
1. Territorialidade e extraterritorialidade criminal.....	342

2. Jurisdição brasileira e as infrações em aeronaves.....	344
2.1. Elementos territoriais da jurisdição.....	344
2.2. Princípio da Territorialidade Atenuada.....	346
2.3. Local do crime e a teoria da ubiquidade	347
2.4. Jurisdição brasileira e a Convenção de Tóquio de 1963.....	348
2.5. Convenção de Tóquio de 1963 e o Princípio da Continuidade dos Voos Comerciais.....	352
3. Aeronaves brasileiras e a jurisdição penal	353
3.1. Aeronaves brasileiras no território nacional e em alto-mar	353
3.2. Aeronaves privadas brasileiras no exterior	353
3.3. Aeronaves brasileiras e a lei penal militar brasileira	354
4. Aeronaves estrangeiras e a jurisdição penal	355
4.1. Aeronaves estrangeiras privadas no Brasil.....	355
4.2. Aeronaves estrangeiras privadas em alto-mar ou em território de outros Estados	355
4.3. Aeronaves estrangeiras privadas e crimes à distância.....	356
4.3.1. Caso concreto de jurisdição criminal e crimes a distância: acidente do voo <i>Air France 447</i>	356
4.4. Aeronaves estrangeiras estatais no Brasil	358
4.5. Aeronaves estrangeiras e a lei penal militar brasileira	359
5. O Poder disciplinar do comandante de aeronave	359
PARTE II: Direito Processual Penal Aeronáutico.....	363
CAPÍTULO 18 - Competência Criminal em Crimes Aeronáuticos.....	365
1. Competência de Justiça	365
1.1. Competência da Justiça Federal: infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.....	366
1.1.1. Elemento de atração: serviços federais	366
1.1.2. Elemento de atração: interesse federal	371
1.1.3. Serviços federais e interesse federal: influência do elemento subjetivo do tipo penal.....	376
1.2. Competência da Justiça Federal: os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar	379

1.2.1. Delimitação da expressão “a bordo de aeronaves”	379
1.2.2. Crimes cometidos a bordo de aeronaves e a teoria da ubiquidade	380
1.2.3. Localização da aeronave, tipo penal e elemento subjutivo do tipo	383
1.3. Crimes militares e crimes federais	385
1.4. Contravenções penais cometidas a bordo de aeronaves	388
1.5 Lei do Abate e competência criminal.....	392
2. Competência territorial	393
2.1. Competência territorial em acidentes aeronáuticos e delitos de perigo aéreo	393
2.2. Competência territorial e conflito de competência entre Justiça Federal e Estadual.....	395
2.3. Competência territorial e crimes a distância transnacional	397
2.4. Competência territorial e extraterritorialidade de lei brasileira.....	399
2.5. Competência territorial e crimes cometidos a bordo de aeronaves	400

CAPÍTULO 19 - O Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Sipaer: Fontes Formais e Competência	405
1. Considerações iniciais	405
2. Fontes formais do Sipaer e Atos Internacionais sobre direito aeronáutico	406
3. Plano de eficácia material das normas do Sipaer.....	413
4. Competência administrativa da investigação Sipaer	418
4.1. Aeronaves civis brasileiras no território nacional	418
4.2 Aeronaves militares brasileiras e estrangeiras.....	420
4.3. Aeronaves em transporte aéreo internacional: aeronaves civis estrangeiras em qualquer lugar e aeronaves civis brasileiras no estrangeiro ou em espaço aéreo internacional.....	421
4.4. Designação de representantes acreditados.....	424
5. O Sistema de Busca e Salvamento	426
5.1. O sistema de busca e salvamento e a investigação de acidentes aeronáuticos	426
5.2. Assistência e salvamento de astronautas e objetos lançados ao espaço cósmico	428

CAPÍTULO 20 - Normas Legais e Princípios Jurídicos da Investigação Aeronáutica	433
1. Normas legais e orientações da Organização Internacional da Aviação Civil - OACI.....	433
2. Os princípios jurídicos do Sipaer e a Lei 12.970/2014.....	437
2.1. Princípio da Preservação da Vida Humana	437
2.2. Princípio da Neutralidade Jurisdicional e Administrativo-Disciplinar	440
2.2.1. A dogmática especulativa da investigação aeronáutica	440
2.2.2. A investigação aeronáutica e a garantia constitucional à ampla defesa e ao contraditório.....	442
2.2.3. Neutralidade e independência da investigação aeronáutica	445
2.2.4. A <i>delatio criminis</i> apresentada pelos investigadores do Sipaer	448
2.3. Princípio da Proteção e Sigilo da Fonte, Princípio da Confiança e Princípio da Participação Voluntária	453
2.3.1 O emprego das informações Sipaer em processos judiciais.....	455
2.3.2. O sigilo das fontes e informações do Sipaer	465
2.3.3. O sigilo de dados de prevenção de acidentes aeronáuticos e a Lei 12.527/2011	469
2.4. Princípio da Máxima Eficácia Preventiva.....	473
2.4.1. Hipóteses e condições indiretas como fatores contribuintes.....	473
2.4.2. Teoria <i>conditio sine quo non</i> e análise causal aeronáutica	477
CAPÍTULO 21 - A Produção de Provas em Processos Judiciais Relacionados a Acidentes Aeronáuticos e a Lei 12.970/2014	479
1. Considerações iniciais	479
2. As informações prestadas voluntariamente ao Sipaer e a Lei 12.970/2014.....	480
2.1. Os entrevistados pelo Sipaer e as testemunhas de processos judiciais.....	480
2.2. Os entrevistados pelo Sipaer e o Princípio da Vedação à Autoincriminação	482
2.3. As informações do <i>Safety Report</i> e sua proteção jurídica.....	485
3. Os investigadores aeronáuticos, as testemunhas e os peritos.....	487
3.1. Os investigadores aeronáuticos e a função de testemunha	488

3.2. Os investigadores aeronáuticos e a função de perito	490
3.3. Os investigadores aeronáuticos e a prestação de esclarecimentos sobre a investigação aeronáutica.....	493
4. A prioridade investigativa do Sipaer.....	494
4.1. A prioridade investigativa do Sipaer e o Código Brasileiro de Aeronáutica.....	494
4.2. A prioridade investigativa do Sipaer e o interesse público.....	498
4.3. A prioridade investigativa do Sipaer e a perícia policial no local do acidente	503
5. O compartilhamento das informações do acidente e a Lei 12.970/2014.....	505
5.1. Compartilhamento de informações de comunicação e de dados de desempenho de aeronaves acidentadas.....	506
5.2. Compartilhamento de laudos técnicos especializados	509
5.3. Intervenção judicial para o compartilhamento de informações do Sipaer	514
5.4. Prévia manifestação do representante judicial da autoridade Sipaer para o compartilhamento de informações	516

CAPÍTULO 22 - As Incompatibilidades da Investigação Aeronáutica com o Processo Judicial e a Lei 12.970/2014.....

1. Considerações iniciais	519
2. A incompatibilidade objetiva da investigação aeronáutica com o processo judicial.....	520
3. A incompatibilidade técnica da investigação aeronáutica com o processo judicial.....	524
3.1. As recomendações de segurança de voo e determinação de autoria delitiva.....	524
3.2. A dogmática especulativa da investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial.....	527
3.2.1. O nexo causal na dogmática da investigação aeronáutica	527
3.2.2. O nexo causal na dogmática penal.....	531
3.2.3. As hipóteses construídas pela investigação aeronáutica e o processo judicial	533
3.2.4. As hipóteses e o Princípio da Verdade Real	536

3.3. A amplitude da teoria <i>conditio sine qua non</i> na investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial	539
3.3.1. Teoria <i>conditio sine qua non</i> no direito penal.....	539
3.3.2. Teoria <i>conditio sine qua non</i> na investigação aeronáutica e aeronavegabilidade continuada.....	541
3.3.3. Caso concreto do emprego amplo da teoria <i>conditio sine qua non</i> : acidente com o voo TAM 3054	543
3.3.4. Efeitos do nexa causal amplo da investigação aeronáutica no processo judicial.....	547
3.4. A limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica e seus efeitos no processo judicial	548
3.4.1. A limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica e a doutrina <i>Just Culture</i>	548
3.4.2. Efeitos da limitação dogmática subjetiva da investigação aeronáutica no processo judicial.....	552
4. A investigação aeronáutica e a qualidade de prova ilícita para fins judiciais.....	554
4.1. Ilicitude por violação de dispositivo legal expreso	554
4.2. Ilicitude por inobservância de garantias constitucionais	556
5. A investigação aeronáutica como meio de prova indiciária e o recebimento de denúncia criminal	561

CAPÍTULO 23 - A Investigação Aeronáutica e o Processo Judicial: Análise de Casos Concretos e Jurisprudência.....	567
1. O caráter especulativo da investigação aeronáutica e suas repercussões no processo judicial: estudos de casos concretos	567
2. Casos concretos	568
2.1. Nordeste NEE 115: acidente aeronáutico com voo regional da Nordeste Linhas Aéreas em 1991	568
2.2. TAM PT-SBH: acidente aeronáutico com voo regional da TAM - Transportes Aéreos Regionais em 1983	581
2.3. Transbrasil TB 202: acidente aeronáutico com voo comercial da Transbrasil Linhas Aéreas em 2000	587
2.4. LASA PT-KNE: acidente aeronáutico com voo de serviço aéreo especializado da LASA Engenharia e Prospecções S/A em 2001	596

3. Desenvolvimento jurisprudencial do tema	604
APÊNDICES	617
APÊNDICE “A” - Crimes Contra as Telecomunicações Aeronáuticas:	
Tipicidade da Conduta e Princípio da Insignificância	619
1. Considerações Gerais	619
2. A segurança das telecomunicações aeronáuticas	620
2.1. Características das telecomunicações na aviação	620
2.1.1. As comunicações aeronáuticas	621
2.1.2. A navegação aérea	624
2.2. Efeitos deletérios no uso indisciplinado das comunicações na aviação.....	625
2.2.1. Cidades isoladas e o sistema de telecomunicações aeronáuticas	625
2.2.2. Baixa potência das rádios clandestinas e efeitos na aviação.....	626
2.2.3. Localização das rádios clandestinas e efeitos na aviação.....	627
2.2.4. Rádios clandestinas e interferências eletromagnéticas	628
3. Tipicidade penal da conduta de exploração clandestina de radiodifusão	629
3.1. Art. 70 do CBT e art. 183 da Lei das Teles	629
3.2. Tipificação penal: visão doutrinária.....	631
3.3. Tipificação penal: visão dos Tribunais Superiores.....	633
4. O Princípio da Insignificância no crime de telecomunicações clandestinas comunitárias e a segurança da aviação e de serviços públicos essenciais	637
4.1. O Princípio da Insignificância	637
4.2. O Princípio da Insignificância das rádios comunitárias clandestinas e o STJ.....	638
4.3. O Princípio da Insignificância das rádios comunitárias clandestinas e o STF	640
4.3.1. Ausência de ofensividade da conduta de exploração clandestina de rádios comunitárias	641
4.3.2. Baixa reprovabilidade da conduta de exploração clandestina de rádios comunitárias	645
5. Princípio da Insignificância <i>versus</i> atipicidade formal	648

6. Princípio da Insignificância e exploração de serviço de internet clandestina.....	652
7. Considerações finais	653

APÊNDICE “B” - Soltura de “Balões sem Fogo”:

A Inconstitucionalidade de Leis Municipais que Autorizam

essa Prática e a Tipicidade Criminal da Conduta	659
1. Considerações Iniciais	659
2. A inconstitucionalidade formal de leis municipais que legissem sobre direito aeronáutico.....	661
2.1. Competência legislativa em matérias de uniformidade nacional	661
2.2. Competência legislativa suplementar dos Estados	662
2.3. Competência legislativa suplementar dos Municípios.....	663
2.4. Competência legislativa em direito aeronáutico	664
2.5. Inconstitucionalidade formal por vício de competência legislativa.....	666
3. A tipificação penal da conduta de soltar balões sem fogo	669
3.1. Crime ambiental	669
3.2. Crime aeronáutico.....	671
3.2.1. Perigo contra a segurança da aviação	671
3.2.2. Elementos objetivos do tipo.....	674
3.2.3. Elementos subjetivos do tipo.....	677
3.2.4. Caso concreto de perigo produzido por balão contra a segurança da aviação: incidente do voo TAM 3756	679
4. A existência de lei municipal autorizando a conduta de soltar balões sem fogo e suas repercussões no direito penal.....	680
5. Considerações finais	684
Bibliografia.....	687